



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

27/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo Lula ainda não decidiu se aumentará salário mínimo para R\$ 1.320, diz ministro

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou nesta quarta-feira (25) que o governo Lula ainda não definiu se haverá alteração no valor do salário mínimo, hoje em R\$ 1.302. O Orçamento foi aprovado com a previsão de R\$ 1.320 neste ano, e há expectativa de que uma medida provisória aplique o reajuste em maio.

"Foi negociado e proposto pelo governo o valor de R\$ 1.320, mas está R\$ 1.302, e qualquer diferença exigirá uma medida provisória e discussão com o Congresso", disse Carlos Lupi. "O valor não está fechado ainda", afirmou o ministro, alertando que os ministérios da Fazenda; do Planejamento; e da Gestão avaliam o assunto.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, cada R\$ 1 a mais no salário mínimo de R\$ 1.302 elevaria hoje o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em R\$ 259,7 milhões. Na hipótese, seriam R\$ 6,3 milhões extras na arrecadação do RGPS, ante um acréscimo de R\$ 266 milhões nos benefícios previdenciários.

O ministro falou do salário mínimo durante reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Carlos Lupi foi convidado para explicar notícia segundo a qual o governo estaria tentando encobrir rombo de R\$ 7,7 bilhões em 2023 nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 27 de abril.

Empresa deve recolher contribuição previdenciária sobre auxílio-alimentação em dinheiro, diz STJ

A Primeira Seção do STJ (Superior Tribunal de Justiça) definiu, nesta quarta-feira (26), que os empregadores devem recolher contribuição previdenciária sobre os valores pagos aos funcionários, em dinheiro, a título de auxílio-alimentação.

A tese fixada pelo tribunal será aplicada na solução de todos os casos judiciais semelhantes em discussão no país, por ser analisada como um recurso repetitivo.

"A tese que eu construo é no seguinte sentido: incide a contribuição previdenciária, a cargo do empregador, sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia. A jurisprudência já está nesse sentido", afirmou o relator, ministro Gurgel de Faria.

O ministro já havia determinado a suspensão de todos os processos que tratam sobre o tema e que estejam com recurso especial ou agravo em recurso especial na segunda instância ou no STJ.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 27 de abril.

Receita paga restituição da malha fina do IR com correção de 11,66%

A Receita Federal paga nesta sexta-feira (28) o lote residual da restituição do Imposto de Renda referente ao mês de abril de 2023. O depósito será feito com correção de 11,66% e será destinado a quem caiu na malha fina e acertou as pendências com o fisco ou quem entregou a declaração de anos anteriores com atraso.

O lote deste mês terá 290.934 contribuintes, que receberão um total de R\$ 344,04 milhões. Do total, R\$ 155,12 milhões são para as pessoas que têm prioridade legal.

Para saber se está no lote, o contribuinte tem de acessar o site da Receita Federal. É preciso clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, "Consultar a Restituição". O cidadão deve informar o CPF e a data de nascimento, e selecionar o ano da declaração. O sistema mostrará as informações sobre o crédito.

A Receita ainda disponibiliza o acesso às informações por meio do aplicativo para tablet e celular, que permite consultar a base de dados da instituição com informações sobre a liberação de restituições do IR e a situação cadastral do CPF.

O pagamento será feito na conta bancária informada na declaração do Imposto de Renda ou por meio da chave Pix indicada. Caso o crédito não seja feito, o valor ficará disponível para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 27 de abril.

Com novo déficit, fundo de pensão da Petrobras é alvo de protestos de aposentados

Aposentados da Petrobras promovem uma manifestação nesta quinta-feira (27) em protesto contra os elevados descontos em seus vencimentos para cobrir rombos nos fundos de pensão administrados pela fundação Petros.

Em 2022, a fundação teve novo déficit, de R\$ 1,2 bilhão, e já estuda cobrar nova contribuição extraordinária de participantes de seu plano mais antigo. Apesar disso, aprovou pagamento de R\$ 9,3 milhões em bônus a seus diretores.

Neste mês, participantes da Petros começaram a pagar mais um plano de equacionamento, referente ao déficit de 2021. Em alguns casos, o desconto acumulado supera os 30% do vencimento mensal, segundo aposentados ouvidos pela Folha.

Participantes de planos mais antigos da Petros já pagam contribuições extraordinárias há cinco anos por déficits registrados desde 2015.

"O ato é um grito de basta para a direção da Petros e da Petrobras sobre o avanço do plano de equacionamento sobre a renda dos aposentados", diz a convocação da manifestação, que ocorrerá em frente à sede da estatal.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 27 de abril.

Prefeituras terão 20 anos para pagar dívidas antigas com INSS, diz ministro

O governo vai prorrogar por 240 meses o prazo para prefeituras e estados pagarem dívidas anteriores de seus regimes próprios com a Previdência, afirmou nesta quarta-feira (26) o ministro Carlos Lupi (Previdência).

Lupi compareceu à CFFC (Comissão de Fiscalização Financeira e Controle) da Câmara na manhã desta quarta (26). Segundo o ministro, o projeto de lei complementar com o novo prazo está na Casa Civil e deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "a qualquer momento".

"Por força de lei, os estados tiveram que se adaptar à realidade criando seu regime próprio", disse. "Dezenas de prefeitos me procuraram, a maioria sem condições de pagar o débito. Já está proposto, já está na Casa Civil, a qualquer momento o presidente [Lula] deve assinar."

A estimativa do ministério é que essas dívidas superem R\$ 50 bilhões. Lupi afirmou que o projeto retoma medida adotada anos atrás.

"Um novo prazo de regime, que pode chegar a 20 anos, para que esses que têm que pagar aquele regime anterior, que não têm condições, ter um parcelamento dessa dívida para todos, não tem discriminação, desde que o prefeito ou o governo de estado tenham compromisso de botar em dia aqueles que estão fazendo agora", disse.

Hoje, o prazo máximo para parcelamento das dívidas de estados e municípios com os regimes próprios é de 60 meses. Essa dívida é provocada pela falta de repasses das contribuições previdenciárias para os regimes próprios de estados e municípios.

"Com isso, vamos dar um oxigênio para que as prefeituras sobrevivam e não tenham impedimento de receber outros recursos federais, até emendas, porque não têm aquele certificado próprio para que eles possam receber aquelas emendas, esses recursos."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 27 de abril.

Congresso aprova projeto que garante crédito para pagamento do piso da enfermagem

O Congresso aprovou nesta quarta-feira (26) o projeto de lei que garante a abertura de crédito especial no Orçamento deste ano para o pagamento do piso da enfermagem, informou a Agência Senado.

O projeto, que vai agora à sanção presidencial, assegura R\$ 7,3 bilhões para ajudar no pagamento do piso, que foi criado pela emenda constitucional 124.

Os recursos serão utilizados para que o Ministério da Saúde auxilie Estados, municípios e o Distrito Federal no pagamento dos pisos a partir de maio.

A Lei 14.434 define que o piso salarial dos enfermeiros será de R\$ 4.750. Os técnicos de enfermagem deverão receber 70% desse valor (R\$ 3.325); e os auxiliares de enfermagem e as parteiras, 50% (R\$ 2.375).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 27 de abril.